



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Sr. Filipe Barros)

Solicita o envio de expediente ao Ministro de Estado de Planejamento e orçamento.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho, no exercício de minhas prerrogativas parlamentares, requerer o envio de expediente ao Ministério de Planejamento e Orçamento, solicitando as seguintes informações:

- i. A íntegra dos estudos técnicos que embasaram a criação da Fundação IBGE+ em julho de 2024 e as razões técnicas, documentadas, que levaram a suspensão das atividades da mesma em janeiro de 2025;
- ii. A íntegra das pesquisas, estudos, contratos e trabalhos desenvolvidos pela Fundação IBGE+ desde a sua criação, em julho de 2024, até a suspensão dos seus trabalhos, em janeiro de 2025;
- iii. A íntegra do balanço financeiro da Fundação IBGE+ discriminado com todos os recursos adquiridos e todos os gastos desde sua criação, em julho de 2024, até a suspensão dos seus trabalhos, em janeiro de 2025;
- iv. A íntegra de todas as viagens realizada pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como por seus assessores, discriminando o custo de cada uma das viagens, os integrantes de cada uma das viagens, o meio de locomoção, as reuniões ocorridas em cada uma das viagens e os resultados objetivos de cada uma das viagens para o insituto;
- v. A íntegra das denúncias abertas no setor de compliance e na comissão de ética do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desde 1 de julho de 2023 até a presente data;





JUSTIFICATIVA

Nos últimos dias, tem sido amplamente divulgado pelos veículos de imprensa uma série de denúncias à gestão do Sr. Marcio Pochmann a frente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentre as inúmeras denúncias destacam-se:

- i. A tentativa de aparelhamento da entidade por meio da criação da Fundação IBGE+ ;
- ii. A realização de diversas viagens que os funcionários efetivos classificaram como incompatíveis com o atual orçamento do instituto e,
- iii. A acusação de autoritarismo por parte da atual gestão que ensejou no pedido de exoneração de 4 (quatro) diretores do instituto.

Isto posto, com vistas a exercer fidedignamente a função fiscalizatória do Poder Legislativo, elaborou-se o presente documento.

Nesses termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, de de 2025

Filipe Barros
Deputado Federal
PL - Paraná

